

José Luís Lima Garcia (*)

**A Cooperação Cultural e Científica
com os Países Africanos
de Língua Oficial Portuguesa**
(Um elo a preservar e a projectar no Século XXI)



* Professor-Adjunto no Ensino Superior Politécnico

Quase quinze anos passados sobre a independência destas antigas colónias portuguesas foram suficientes para criar novas conjunturas no aparelho ideológico e mental das nações outrora colonizadas e da nação colonizadora, que permitirá que os complexos latentes desenvolvidos ao longo de cinco séculos de colonização se comecem gradualmente a esconjurar, possibilitando com o facto que uma nova era em termos de relacionamento floresça no âmbito da cooperação de Portugal com a maioria dos novos países de Língua Oficial Portuguesa, neste final de século.

Para além de todo o substrato cultural acumulado anteriormente durante o longo e desajustado relacionamento colonial, haverá que repensar hoje na forma de preservar este substrato, tendo em conta que a situação geopolítica que envolve a maioria destes novos países se mantém periclitante, o que poderá pôr em risco, caso o actual ou futuro governos de Portugal não tomem providências convenientes, de forma a evitar que o espólio cultural acumulado ao longo de séculos se delapide irremediavelmente.

Na verdade Portugal, ao contrário da maioria das antigas metrópoles europeias, que iniciaram primeiramente um processo de descolonização, enquadrado, aliás, nas directrizes saídas do pós II Guerra Mundial de dar autonomia aos territórios coloniais, detém ainda hoje um manancial elevado de conhecimentos e de quadros técnicos ligados à problemática tropical, que irremediavelmente desaparecerão no decorrer das próximas três a quatro décadas do século XXI.

Detém ainda uma muito vasta informação científica e cultural sobre assuntos tropicais, que segundo o relatório português preparado sobre os auspícios da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica — JNICT —, apresentado na reunião da United Nations Conference on Science and Technology for Development-UNCSTD, realizada em Agosto de 1979 em Viena de Áustria, existem em Portugal cerca de 1000 000 publicações não periódicas, mais de um milhão de artigos, 100 relatórios dos serviços do antigo Ultramar e à volta de 20 000 informações de carácter técnico, para além de milhares de outros documentos dificilmente contabilizados arquivados em cartotecas, fototecas, filmotecas e em laboratórios de linguística (1).

Todo este substrato humano e material deverá ser reconvertido, actualizado e projectado no sentido de se (re)criarem novas instituições culturais e científicas, que estejam aptas na nova ordem política da África de Expressão Oficial Portuguesa em desempenharem uma função huma-

nista e cooperante, que a situação clarificadora gerada em Abril de 1974 permitiu ao democratizar, de facto, Portugal.

Pensamos mesmo que este projecto de cooperação, e aqui neste momento só discernimos de cooperação de cooperação cultural e científica, deverá assentar em pressupostos de ensino, investigação e formação de quadros, incidindo em termos de concorrência com os outros países europeus e até mundiais, num relançar adaptado à nova ordem política internacional de diálogo entre o Norte e o Sul. Neste sentido a feição atlantista e tropical de Portugal deverá constituir uma plataforma charneira de cooperação e coexistência pacífica condicionante de antigas veleidades utopistas, que o Mapa Cor-de-Rosa simbolizou no século passado, para os nossos exploradores e colonialistas, e que terá levado a situações de risco e humilhação, geradas com a intromissão de uma Grã-Bretanha ciosa e possessa, em estabelecer os limites da sua própria influência em África, num mapa idealizado à imagem e semelhança dos interesses dos seus missionários e comerciantes.

A envolvimento hoje, junto das fronteiras das Repúblicas da Guiné, Angola e Moçambique de antigos territórios dominados por países como a Grã-Bretanha e a França, ainda determinantemente influentes na política regional de federações tipo Commonwealth, poderão constituir uma série ameaça ao investimento multissecular, realizado em termos culturais, em África, por Portugal, especialmente através de um património linguístico, que constitui actualmente a língua oficial da totalidade desses novos países africanos de expressão lusófona.

Isto porque, afastados anteriores complexos resultantes de uma situação colonial desigual e injusta, nomeadamente no que dizia respeito a aspectos económicos, sociais, políticos e culturais, a língua e a cultura portuguesas se apresentam hoje em termos exógenos, num bom veículo de comunicação universalista, afirmação esta que sem qualquer desprezível pelas línguas endógenas, que continuarão a desempenhar internacionalmente a função veicular pluripatriótica entre as diversas etnias, que representam o todo nacional guineense, angolano e moçambicano.

E não há que desperdiçar o património desta comunidade de expressão portuguesa, constituída actualmente por 150 a 180 milhões de cidadãos do mundo, se bem que e de acordo com as últimas previsões este número possa ter atingido já os 200 milhões, prevendo-se para o início do século XXI que o número atinja os 210 milhões, tornando-

se o português em termos de falantes a terceira língua entre o conjunto do património linguístico universal (2).

Mas para que este desiderato se continue a cumprir necessário será que através de uma política de cooperação consequente, consiga compensar a influência regional junto dos novos países africanos de expressão portuguesa de outras influências culturais europeias, especialmente francesas e inglesas. Para além deste aspecto, estas antigas colónias portuguesas continuam assoladas desde as respectivas independências, salvo a República da Guiné-Bissau, por conflitos político-militares locais com ressonâncias transregionais, com todo o cortejo de delapidações humanas e materiais daí resultantes, que se tornam vulneráveis como países materialmente considerados mais desenvolvidos e que em termos da história do direito internacional definirão «... as condições das relações estabelecidas entre os diferentes estados. Teoricamente, todos os estados são soberanos, portanto iguais entre si; na prática não é nada assim, porque certos estados têm um potencial superior á dos seus vizinhos e é evidente que a voz dos seus diplomatas se sobrepõe á dos Estados menos fortes.» (3). Será evidente considerar que em termos de cooperação, nomeadamente cultural e científica, Portugal é um país de recursos económicos limitados, pelo que toda e qualquer missão de solidariedade para com estes nóveis países de língua oficial portuguesa estará condicionada pela dimensão económico-financeira de pequeno país europeu saído de um processo de depuração político-militar resultante do golpe militar dos capitães de Abril e do processo de democratização, descentralização e descolonização, que então se seguirá.

Mas Portugal por causas de vária ordem, que adiante passaremos a explicitar, beneficia actualmente de outros trunfos e vantagens que poderão ser utilizados como veículo para fazer chegar o desenvolvimento e a cultura europeia portuguesas a estes países, invertendo desta forma queixumes como o do comissário político da Lunda que para uma parlamentar portuguesa de visita a Angola desabafava:

«Temos que ir através de outros países para chegar a Portugal, quando devíamos ir através de Portugal para chegar a outros países.» (4).

Deste modo Portugal poderá fazer chegar as necessidades e anseios dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP,s) à Europa e ao mundo e vice-versa através da sua posição como membro efectivo da Comunidade Económica Europeia. Poderá mesmo na opinião mais opti-

mista de um político português com responsabilidades na actual conjuntura nacional haver ainda outras vantagens de que Portugal em idêntico grau do desenvolvimento com outros países europeus, possa continuar a oferecer a estes recém-autonomizados países tropicais.

Assim, para além de estar no mercado económico europeu, na opinião deste político, José Miguel Júdice, Portugal goza ainda «... de estabilidade cultural sem tensões semelhantes à Espanha ou à Irlanda, tem uma tradição de contactos com o exterior elevada, a alma portuguesa tem na capacidade de improviso e adaptação uma das suas qualidades intrínsecas, possuímos um ambiente ainda não degradado em termos irremediáveis, a solvabilidade internacional da economia portuguesa é um facto, o chauvinismo é quase nulo, a pirâmide etária permite pensar que somos um País ainda longe do espectro que assuta os países como a Alemanha e até o Japão.» (5)

Mas para que toda esta ambiência se projecte num instrumento de intervenção activa, haverá que criar estruturas sólidas de cooperação, que possibilitem condições de operacionalidade e funcionalidade compatíveis com as necessidades e o investimento das entidades cooperadoras inseridas neste diálogo entre parceiros do Norte e do Sul dos hemisférios, tem sido como charneira num país com tradições tropicais, como tem sido até agora o caso de Portugal.

A proposta do governo de Lisboa para colher um centro europeu para realizar este diálogo tão necessário entre estes hemisférios, isto é, entre as contraditórias sociedades industrializadas ricas do Norte e as sociedades agrárias pobres do Sul, poderá ser num primeiro momento uma forma realista de nos (re-colocarmos de novo na cena internacional, agora com tradição tropical, de cinco séculos, o fazermos de uma forma desinteressada e solidária, tanto quanto o permitiu o pluralismo das instituições de uma nação de novo (re)encontrada com os princípios humanistas anti-racistas, que caracterizaram alguns períodos da nossa história, desde a fundação medieval da nacionalidade.

Assim sendo, esse centro deveria ser uma instituição pragmática e desburocratizada, apoiada pelo Estado, muito embora também pudesse haver apoio de outros organismos não estatais como as Universidades, a Igreja e outras associações de carácter social.

Nós acrescentaríamos/mesmo, que a interdependência, que um projecto desta natureza passaria a criar entre países de África e do Terceiro Mundo em geral, ditos menos de-

envolvidos, criaria o estigma para impedir que em termos sociológicos e socio-culturais países com mais influências regionais pudessem ter a primazia de controlar única e exclusivamente através de práticas neo-coloniais áreas e mercados próximos das zonas que outrora colonizaram e que haviam pertencido a antigas metrópoles europeias, que pela sua pequena dimensão, como era o caso português, sempre haviam tido dificuldade em impor-se como potência colonizadora administrante.

Mas a própria constituição deste centro internacional em Portugal deveria preanunciar a reorganização e a racionalização dos recursos do estado Português para a cooperação, quer ela se faça bilateralmente de Estado para Estado, quer se faça integrada em bloco com outros Estados europeus com os países tropicais de África ou de outro continente qualquer.

Este facto passaria pela criação de um Estado mais estável e mais competitivo, encorpado em meia dúzia de instituições fortes de cooperação, que incorporassem na sua integração e espólio dos 43 organismos que em Portugal se ocupam da cooperação, segundo números avançados pelo engenheiro Faria de Oliveira, vice-presidente do IPE. (6). Passaria também pela fluidez e operacionalidade do funcionamento destes poucos mas consistentes organismos de cooperação.

Isto porque na actual conjuntura não se compreende que o Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), Professor Fernando Cristóvão possa com a autoridade que lhe advém deste cargo continuar a pronunciar em tom crítico nos órgãos de informação que «os Portugueses são lentos a promover a sua língua e cultura no estrangeiro» (7).

Não se compreende também como é que o ministério responsável pela tutela das Relações Externas (MNE) porque os esquemas de cooperação são muito dispersos, não avalie no cômputo geral, quanto é que o Estado português gasta hoje com a cooperação em África! (8).

Não se compreenderá, também que a nível de cooperação socio-cultural com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), Portugal continue a manter apenas 46 cooperantes em Moçambique, 19 em Angola, 17 em Cabo Verde, 15 em São Tomé e Príncipe e 13 na Guiné-Bissau, mal instalados e mal pagos, com qualificações académicas baixas, contratados por esquemas individuais de coopera-

ção, similares no fundo a uma emigração subsidiada pelo próprio Estado português! (9).

Como igualmente é incompreensível que dos 1040 bolseiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's) a estudar em Portugal (310 cabo verdianos, 300 guineenses, 170 santomenses, 170 angolanos e 90 moçambicanos, o insucesso atinja taxas inimagináveis, contribuindo a fundo perdido Portugal, para acabados ou não os cursos, se estejam a financiar e a formar empregos de café ou empregadas domésticas, que na maioria dos casos optaram pela nacionalidade portuguesa, não regressando aos antigos países de origem com os respectivos cursos ou outra qualquer habilitação superior, que a concepção de bolsas pressuponha à partida! (10). Como se poderá constatar pelo acima exposto, algo continua mal no relacionamento de Portugal com estes países. Antes que seja tarde demais haverá que, descomplexificar, desburocratizar, racionalizar, financiar e formar homens e quadros técnicos, para situações que visem o (re)criar de novas gerações de portugueses aptas em projectar a imagem de um Portugal de *avant-siècle* XXI, amadurecido por uma tradição de séculos de relacionamento no passado.

E terminamos citando muito propositadamente e em conclusão as palavras lúcidas de um responsável directo pela cooperação na actual conjuntura política:

«África é um elemento constitutivo da própria identificação política e diplomática do país. Se a nossa própria História toda não está errada e se a nossa posição geográfica na Europa não é um erro, então é evidente que para a própria identificação do país é fundamentalmente saber qual é o seu sistema de relações internacionais. E África desempenha aí o papel principal. Por exemplo, ao longo da História foi Portugal — para citar o próprio Eduardo Lourenço — que pôs em evidência, como Governo, a continuidade entre os continentes africano e europeu, a sua complementaridade. Respondendo concretamente à sua pergunta: em que é que isso se manifesta? (E a pergunta do jornalista era se «no plano concreto dos negócios, no plano político, que tipo de influência é que a África tem na Europa, através de Portugal, se é que tem efectivamente alguma?», Durão Barroso refere que esta influência «manifesta-se pelo facto de Portugal ser reconhecidamente, nomeadamente, na Comunidade Europeia, o país do «apartido africano», o país que constantemente procura que a Comunidade Europeia, entre outras opções possíveis, do seu sistema de relações externas dê

prioridade efectiva a África. Estou a pensar, por exemplo, na Convenção de Lomé. De qualquer maneira é hoje reconhecido que Portugal reforçou a inclinação, que é mais naturalmente da Europa para África. Inclinação em termos mais concretos, em primeiro lugar em termos políticos, no acompanhamento das grandes questões que interessam a África, nomeadamente no acompanhamento dos conflitos da África Austral. Mas também no aspecto da cooperação para o desenvolvimento. No aspecto económico ⁽¹⁾.

Não falando já da cooperação cultural e científica, cuja abordagem por imperativos geoestratégicos pensamos que será urgente desenvolver, desde logo, como pretendemos, aliás, demonstrar ao longo do presente artigo.

NOTAS

(1) Luis Aires-Barros, «Cooperação e a Nova Ordem Económica Internacional» in comunicação ao Simpósio Nacional de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento — SINACT —, realizado entre os dias 15/18 de Maio de 1979.

(2) Renato Borges de Sousa, separata da **Expolíngua-Salão Português de Línguas e Cultura**, Lisboa, Fórum Picoas, 27-29 de Setembro de 1989.

(3) **André Nouschi**, *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almadina, 1977, p.220.

(4) Transcrito por Natália Correia no artigo «A Angola de que não se fala em Portugal» in jornal **Expresso** de 10 de Junho de 1988, p. 12.

(5) José Miguel Júdice, «Para um optimismo português», in jornal **Semanário**, de 20 de Fevereiro de (3) André Nouschi, *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almadina, 1977, p. 220.

(6) Faria de Oliveira, citado por Francisco Mantero no artigo «Elo: Contra a África fechada» in jornal **Semanário**, de 19 de Março de 1988, p. 56.

(7) Fernando Cristóvão, no artigo «Portugueses são lentos a promover a sua língua e cultura» in jornal **o Tempo**, de 25 de Fevereiro de 1988, p 30.

(8) Seixas da Costa editado por Vítor Bandarra no artigo «Barroso procura Banco para fundo de Cooperação» in jornal **Expresso**, de 2 de Julho de 1988, p8.

(9) *Idem*

(10) No caso dos bolsiros da Fundação C. Gulbenkian, esta instituição cancelou em 1988 as bolsas dos PALOP's, porque em cerca de 500 bolsiros financiados pela Fundação desde 1975, apenas 10 chegaram à licenciatura, o que corresponde a 2% do cômputo geral dos financiamentos, *idem*, p. 8.

(11) J.M. Durão Barroso, entrevistado por R. Leite Pinto para a revista **Sábado**, n.º 14, de 17 a 24 de Setembro de 1988, p. 14.